

Descaso com o Brasil

Albano Schmidt (*)

Pelos quatro cantos do país há o discurso de que a crise está passando e que, em 2018, a economia brasileira retomará o crescimento

Preciso dizer que esses comentários me deixam perplexo. O brasileiro precisa se dar conta do quão grave foi a crise e de que seus impactos ainda terão reflexos por muito tempo. As empresas, geradoras de emprego e renda, estão sufocadas - acabou o ar.

O governo federal lançou o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert). Semelhante ao Refis, ele veio como uma opção para as empresas - aquelas que conseguiram sobreviver - voltarem a ter sua situação tributária regularizada. Céticos, muitos questionaram os benefícios do Programa, mas afirmo que foi a única alternativa que milhares de organizações tiveram para manter os empregos e tentar passar por esse momento.

Mas este mecanismo, sozinho, não será capaz de recuperar o que foi perdido. Muitas empresas demitiram ou faliram; outras contabilizam prejuízos de 40%, 50% ou mais e tiveram que usar dos mais diferentes artifícios para honrar seus compromissos, na busca pela sobrevivência. O Pert não é um remédio capaz de alcançar todas as empresas, na dosagem necessária para resolver os problemas criados por essa crise, que foi gerada pela corrupção e instabilidade política.

Desde 2014, a economia sofreu uma forte queda. Para 2018 até está prevista uma recuperação, mas os índices, com certeza, não se aproximam dos patamares observados antes de 2014. Ainda temos muito trabalho pela frente. Temos que refletir sobre a crise. Governo e políticos querem

continuar do jeito que está, sem aproveitar o momento para modernizar o país, criando mecanismos de incentivo à geração de emprego, renda e desenvolvimento.

Precisamos externar nossa indignação e refletir seriamente sobre os desmandos políticos e a inversão de valores que o Brasil vive. Nosso país está quebrado e a classe política, em sua maioria, ainda mantém uma mentalidade voltada apenas aos seus interesses pessoais. Apesar dos rombos bilionários que estas posturas já geraram ao país, nossos governantes insistem em transferir a conta de seus desmandos para os cidadãos, os contribuintes, se utilizando de voracidade arrecadatória.

Cada um deve fazer a sua parte. Não podemos cruzar os braços e pensar que as coisas estão melhorando organicamente, naturalmente. Não podemos ser negligentes. Temos que nos insurgir contra esse estado de coisas. A política é que tem que servir ao cidadão e não o contrário. O que presenciamos hoje é o completo descaso com o Brasil, que está com sua infraestrutura completamente destruída e sem condições de competitividade internacional. Se olharmos a infraestrutura de outros países, como a China, constataremos que a diferença é abismal.

A batalha é diária. Quero restabelecer as condições de preservação e competitividade da minha empresa, para recuperar empregos e continuar investindo nas pessoas, em tecnologia, no desenvolvimento e na inovação. Como empresário, sei que os próximos anos serão difíceis. A conta que as empresas terão que pagar é muito pesada. Chegou a hora de tomarmos uma atitude.

Vamos cobrar de nossos políticos seriedade e compromisso para mudarmos o futuro de Brasil.

(*) - É presidente da Termotécnica.

Deputado Carlos Gaguim refuta acusações da Polícia Federal

Luis Macedo/Ag.Câmara



Deputado Carlos Gaguim.

Agentes da Polícia Federal (PF) cumpriram mandados de busca e apreensão nos gabinetes dos deputados Carlos Gaguim (Pode-TO) e Dulce Miranda (PMDB-TO), na Câmara dos Deputados. A PF também cumpriu mandados na capital, Palmas, e na cidade de Araguaína, no Tocantins. As diligências fizeram parte da 6ª fase da Operação Apia, para cumprir 16 mandados de busca e apreensão e oito de intimação de citados em acordos de delação premiada homologados pelo STF.

A operação buscou desarticular uma organização criminosa que atuou no Tocantins e está sendo investigada pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Segundo a PF, o esquema envolvia corrupção de servidores públicos e agentes políticos, fraude em licitações

públicas e superfaturamento de obras de terraplanagem e pavimentação asfáltica de rodovias estaduais.

Em nota, o deputado Carlos Gaguim afirmou que, durante seu mandato como governador (2009-2010), a empresa citada nas investigações não venceu nenhuma licitação e não firmou contratos com o governo do estado. As obras foram licitadas antes de seu mandato e estavam em andamento desde o governo anterior, diz a nota.

O deputado alegou ainda que as doações feitas pela empresa nas eleições de 2010 foram direcionadas ao PMDB e que não tinha acesso às contas do partido. Por meio de sua assessoria, a deputada Dulce Miranda informou que está colaborando com as investigações e ainda precisa se inteirar do processo para se manifestar (ABR).

Laboratórios provocam desabastecimento de remédios para vender mais caro

O Ministério da Saúde tem negociado de forma dura, buscando diminuir o preço na aquisição de medicamentos junto aos laboratórios

Uma das consequências tem sido um desabastecimento deliberado por parte deles em relação a remédios para doenças raras, onde as margens de lucro são exorbitantes. Estas foram algumas das informações passadas pelo ministro da Saúde, Ricardo Barros, em audiência sobre o assunto na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, presidida pela senadora Marta Suplicy.

“A cada compra, sai mais barato. Montamos uma operação de guerra pra cima da indústria farmacêutica, nossa lógica é esta para podermos atender mais brasileiros. Alguns laboratórios têm optado por provocar um desabastecimento visando nos pressionar”, deixou claro o ministro. A sala da comissão esteve lotada de pacientes portadores de doenças raras, seus parentes e representantes de associações que sofrido nos últimos meses, pois a ausência de medicamentos, muitas vezes por períodos curtos de tempo,



O ministro da Saúde, Ricardo Barros, em audiência sobre o assunto na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, presidida pela senadora Marta Suplicy.

pode fazer a diferença entre a vida ou a morte para muitas pessoas.

Senadores como Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) relataram casos concretos de pacientes que faleceram nos últimos meses por falta do tratamento adequado. Waldemir Moka (PMDB-MS) e Elmano

Férrer (PMDB-PI) também verbalizaram algumas reclamações destes pacientes e das associações, que cobram uma gestão mais eficiente por parte do ministério. Mencionaram que diversos medicamentos ainda não possuem registro por parte da Anvisa, mas também neste caso Barros apontou a

responsabilidade dos laboratórios.

“Também aí é comum eles não pedirem a incorporação destes medicamentos junto ao SUS, pois através da judicialização eles vendem muito mais caro. Cada doença rara tem poucos pacientes no mundo, e quando o Brasil precifica, o preço cai a nível mundial. Pela lei, nós também só podemos comprar medicamentos incorporados, ou por meio da judicialização”, acrescentou.

O ministro ainda deixou claro que pessoalmente é contra a diretoria da Advocacia-Geral da União (AGU), que em último caso é quem determina que a aquisição de medicamentos específicos seja realizada por demanda e não por estimativa. Informou que a pasta tem buscado contornar esta restrição burocrática visando a formação de estoques, e que vê com bons olhos iniciativas legislativas para que este mecanismo de aquisição seja modificado (Ag.Senado).

Marun desistiu de pedir indiciamento de Janot e Pelella

Sob pressão e após muitas críticas, o relator da CPI da JBS, deputado Carlos Marun (PMDB-MS), voltou atrás na decisão de pedir no relatório final dos trabalhos do colegiado o indiciamento do ex-procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e de seu ex-chefe de gabinete, Eduardo Pelella. Ao invés do indiciamento, o relator pede uma “investigação profunda” pelo Ministério Público dos dois, inclusive com quebra dos sigilos telefônicos e telemáticos.

“Realmente no indiciamento tem que restar comprovadas a materialidade [dos fatos]. Podem existir indícios fortes de autoria, mas materialidade precisa estar efetivamente comprovada. Na apresentação do relatório, citei diversos fatos, nenhum contestado. Do que eu apresentei nada foi contestado, todavia refleti sobre essas questões de materialidade e indícios fortes de autoria”, justificou.

O relator destacou ainda



Deputado Carlos Marun apresentou relatório da CPI da JBS.

que diante desses fatos, não gostaria de incorrer no mesmo erro, que segundo ele, foi cometido por Janot e Pelella, o aodamento. “Mas que fique claro, não estou aqui assinando uma casta de intocáveis que não pode ser investigada por ninguém. Penso que a CPI provou que situações ilícitas aconteceram no processo de delação. Confio que a procuradora-geral, Raquel Dodge, irá investigar tudo”, disse Marun.

O relatório mantém os pedidos de indiciamento do ex-

-procurador Marcello Miller, dos empresários donos da JBS, Joesley e Wesley Batista, além do ex-executivo do grupo Ricardo Saud, que já estão presos. Sobre a proposta do deputado Wadih Damous (PT-RJ), que estabelece novas regras para o fechamento de acordos de delação premiada, Marun também foi ameno. “Deve ser encontrado um caminho através do qual sejam garantidas a transparência e a voluntariedade para que esse continue sendo um instrumento forte”, defendeu (ABR).

Câmara aprova reajuste de valores pagos a lotéricas pela Caixa

O Plenário da Câmara aprovou o substitutivo do deputado Júlio Cesar (PSD-PI) para o projeto que reajusta valores pagos pela Caixa aos permissionários lotéricos pelo recebimento de boletos, faturas de concessionárias de serviço público e outros convênios. A matéria será enviada ao Senado.

De acordo com o substitutivo ao projeto dos deputados Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) e Goulart (PSD-SP), os lotéricos receberão 0,8% sobre o valor de face de boletos, faturas e outros pagamentos por convênio, sendo o mínimo de R\$ 1,06 por boleto e o máximo de R\$ 3,14. A atualização dos valores mínimo e máximo será na mesma proporção da percentagem que as instituições financeiras usarem para reajustar os valores dos pagamentos.

Haverá revisão periódica quando houver fato que afete o equilíbrio econômico-financeiro de cada serviço ou produto e os valores devidos aos lotéricos



Sessão do Plenário que votou o substitutivo do deputado Júlio Cesar (PSD-PI).

serão repassados pelos bancos dentro de dez dias. Para facilitar a interação dos pagamentos, as instituições financeiras contratantes terão de disponibilizar sem ônus os sistemas operacionais e se responsabilizarem pelos insumos e informações técnicas para implantá-los. Contudo, caberá ao permissionário a guarda do sigilo bancário em relação aos dados

e aos elementos processados por meio desses sistemas. Quanto ao transporte de valores decorrentes de todas as transações dos permissionários e de seus correspondentes, ele será custeado pelas instituições financeiras contratantes quando o valor ultrapassar montante definido em regulamento. A matéria, agora, será enviada ao Senado (Ag.Câmara).

Comissão aprova política de incentivo à economia criativa

A Comissão de Cultura da Câmara aprovou proposta que institui uma política nacional de incentivo à economia criativa. O texto beneficia atividades como artesanato, dança, circo, produção de livros, design e moda. O projeto aprovado é de autoria do deputado Angelim (PT-AC) e foi relatado na comissão pelo deputado Thiago Peixoto (PSD-GO).

“A economia criativa estimula a geração de

renda, cria empregos e produz receitas, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento das expressões culturais”, afirmou Peixoto. Lembrou que um estudo publicado pela Firjan, em 2016, apontou a geração de R\$ 155,6 bilhões pelo setor para a economia brasileira em 2015.

Os órgãos governamentais deverão apoiar o comércio interno e externo dos produtos da

economia; incentivar e apoiar a organização dos empreendedores criativos; e ofertar linhas de crédito e de financiamento para a produção e comercialização em condições adequadas de taxas de juros e prazos de pagamento, entre outras medidas. Peixoto alterou o texto para incluir os jogos eletrônicos e a gastronomia na proposta.

“Trata-se de um campo da economia que vem se destacando pela criatividade e pelo desenvolvimento do conhecimento”, justificou, referindo-se aos jogos. Sobre a gastronomia, o relator disse ser uma forma de manifestação cultural. O texto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).